



## O caminho para a liberdade é pela cruz?<sup>1</sup>

A. Lutuli

Fui demitido do cargo de Chefe da Tribo Abase-Makolweni da Reserva da Missão Groutville. Presumo que esta decisão foi tomada pelo Governador-Geral na sua capacidade de Chefe Supremo do povo “indígena” da União da África do Sul,<sup>2</sup> a exceção do da Província do Cabo. Fui democraticamente eleito para este cargo em 1935 pelo povo da Reserva da Missão de Groutville e confirmado e nomeado no cargo pelo Governador-Geral.

Antes de ser chefe fui professor durante cerca de dezessete anos. Nestes últimos trinta anos tenho lutado com zelo e paciência pelo progresso e bem-estar do meu povo e por relações harmoniosas com outros grupos da nossa sociedade multi-racial da União da África do Sul. Ao efetuar estes esforços segui sempre aquilo que as pessoas de espírito liberal consideram, e corretamente, como a via da moderação. Durante todo este tempo passei, de bom grado, muitas horas com organizações da Igreja e com algumas das suas agências, tais como o Conselho Cristão da África do Sul,<sup>3</sup> o Conselho Conjunto de Europeus e Africanos<sup>4</sup> e o Conselho Representante dos Nativos<sup>5</sup> agora extinto.

---

<sup>1</sup> Declaração pública feita pelo Chefe Albert Lutuli em Novembro de 1962 quando o Governo o demitiu do seu cargo de Chefe por se ter recusado a demitir-se do Congresso Nacional Africano do qual era Presidente. In: BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel. *Quem é o inimigo (II)?* – Os movimentos de libertação nacional. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. p. 63-67.

<sup>2</sup> A União Sul-Africana foi criada a 31 de maio de 1910, com o estatuto de Domínio do Império Britânico, na sequência da derrota das repúblicas *boers* pelos britânicos. A União incluiu as quatro províncias que antes eram, ou repúblicas *boers* ou Colônias britânicas: a Província do Cabo, Natal, Estado Livre de Orange e Transvaal.

A União durou até 31 de Maio de 1961, quando foi declarada a República da África do Sul. Em 5 de Outubro de 1960, na sequência da crítica internacional ao *apartheid*, os sul-africanos brancos votaram num referendo a separação completa da África do Sul com a coroa britânica e com a *Commonwealth*. (wikipedia)

<sup>3</sup> O Conselho Cristão da África do Sul foi criado em 1936 para coordenar as atividades das igrejas cristãs na região. Em 1968 adotou o nome de Conselho das Igrejas da África do Sul, e tornou-se mais um crítico do regime do *apartheid*.

<sup>4</sup> Conselho Conjunto dos Europeus e Africanos, formado em 1921, com a finalidade de melhorar as relações raciais no sul da África.

<sup>5</sup> O Conselho Representante dos Nativos foi formado pelo governo de minoria branca como um órgão consultivo sobre as queixas dos africanos. Como suposta “compensação” pela violação de seus direitos,

No que se refere à conquista de direitos de cidadania e oportunidades para o livre desenvolvimento do povo africano, quem negará que trinta anos da minha vida foram gastos a bater em vão, paciente, moderada e modestamente a uma porta fechada e trancada?

Quais foram os frutos dos meus muitos anos de moderação? Verificou-se alguma tolerância recíproca ou moderação por parte do Governo, fosse ele nacionalista ou do Partido Unido<sup>6</sup>? Não! Pelo contrário, nestes últimos trinta anos foram publicadas inúmeras leis limitando os nossos direitos e o nosso progresso, até chegarmos hoje a uma situação em que não temos praticamente direitos nenhuns: não temos terra para cultivarmos, o nosso único valor, o gado, morre de fome, não temos segurança de habitação, não temos empregos decentes e bem remunerados, somos restringidos na nossa liberdade por meio de passes, hora de recolher, medidas de controlo de circulação, em suma, verificou-se ao longo destes anos uma intensificação da nossa sujeição para assegurar e proteger a supremacia branca.

Tendo estas condições como pano de fundo, e com completo sentido de responsabilidade, sob os auspícios do Congresso Nacional Africano<sup>7</sup> (Natal), juntei-me ao meu povo no novo espírito que os move atualmente, o espírito que se revolta aberta e amplamente contra a injustiça e se exprime de uma forma firme e não-violenta. Por causa da minha associação com o Congresso Nacional Africano neste novo espírito que encontrou uma eficaz e legítima forma de expressão não-violenta Campanha de Resistência Passiva, foi-me posto um ultimato com o prazo de duas semanas pelo Secretário dos Assuntos Indígenas para que escolhesse entre o Congresso Nacional Africano e a chefia da Reserva da Missão de Groutville. Ele alegou que a minha associação com o Congresso na sua Campanha não violenta de Resistência Passiva era um ato de deslealdade para com o Estado. Não concordei com este ponto de vista.

---

este conselho não terá poder ou autoridade de fato, sendo mero fantoche, não sendo nem mesmo representante dos nativos.

<sup>6</sup> Fundado em 1910 o Partido Sul-Africano, governou a União até sua derrota para o Partido Nacional, em 1924. Em 1934 os dois partidos uniram-se para formar o Partido Unido, tentando a reconciliação entre os *afrikaners* e os brancos de origem inglesa. Este partido governou a União Sul-Africana até 1948. O Partido Nacional, mantido à revelia do Partido Unido por *afrikaners* de linha dura, recuperou o poder em 1948 e manteve-o até 1994, quando foi derrotado pelo ANC (nas primeiras eleições em que participaram todos os cidadãos sul-africanos da República da África do Sul).

<sup>7</sup> O Congresso Nacional Africano (conhecido internacionalmente pela sigla ANC, *African National Congress*) tinha sido formado em 1912 e transformou-se na maior e mais abrangente organização política sul-africana. As suas ligações com os sindicatos dos trabalhadores (que se uniram na poderosa COSATU) e com o Partido Comunista Sul-Africano deram ao governo uma justificação conveniente para bani-lo, durante a Guerra Fria.

Encarando a não violenta Resistência Passiva como não revolucionária e, portanto, uma pressão política técnica extremamente legítima e humana para um povo a quem é negada toda a forma de luta constitucional, não vi qualquer conflito real na minha dupla chefia do meu povo.

Não vi qualquer razão para pedir a minha demissão de qualquer dos cargos. Esta minha posição que resultou na exoneração da chefia que exercia pode parecer incorreta e desiludir alguns europeus liberais e moderados e também alguns não-europeus com quem tenho trabalhado durante tantos anos e com quem espero continuar a trabalhar. Isto não significa que os nossos caminhos se separaram mas sim “um passo adiante no escuro”. Convido-os a juntarem-se a nós na nossa inequívoca afirmação de todas as legítimas aspirações africanas e na nossa firme posição contra a injustiça e a opressão.

Não quero contestar a minha demissão, mas gostaria de sugerir que, no interesse da instituição da chefia nestes tempos atuais de democracia, o Governo definisse mais precisamente e divulgasse mais amplamente o estatuto, funções e privilégios dos chefes. A minha opinião foi sempre de que um chefe é essencialmente um servo do seu povo. Ele é a voz de seu povo. É a voz de seu povo em assuntos locais. Ao contrário de um Comissário Indígena, é parte integrante da tribo e não um agente local do Governo. Dentro do limites da lealdade é concebível que ele possa votar e pressionar as reivindicações do seu povo ainda que elas não sejam do agrado do Governo em exercício na altura. Poderá usar todas as técnicas modernas legítimas para ver essas reivindicações satisfeitas. Não se concebe como é que os chefes poderiam servir efetivamente os interesses mais amplos e comuns da sua própria tribo sem cooperar com os outros dirigentes do povo, quer sejam dirigentes naturais (chefes tradicionais), quer sejam dirigentes eleitos democraticamente pelo próprio povo.

Foi para permitir esta maior associação e com vista a promover os interesses nacionais comuns do povo para além dos interesses puramente locais que o Governo, ao fazer as leis sobre a atuação dos chefes, não os proibiu de entrar para associações políticas desde que estas associações não tivessem sido classificadas “pelo Ministério como sendo subversivas ou prejudiciais ao Governo constituído”. O Conselho Nacional Africano, a sua não-violenta Campanha de Resistência Passiva, pode ser um valor incomodo para o Governo, mas não é subversivo, pois não procura derrubar a forma e o aparelho do Estado e visa apenas à inclusão de todas as camadas da comunidade numa participação no Governo do país com base na igualdade.

As leis e as condições que tendem a degradar a personalidade humana – força essa que é uma dádiva de Deus - sejam elas estabelecidas pelo Estado ou por outros indivíduos, devem ser implacavelmente atacadas dentro do espírito de desafio mostrado por S. Pedro quando disse aos governantes do seu tempo: “Devemos obedecer a Deus ou ao Homem”? Ninguém pode negar que em relação aos não-brancos da União da África do Sul as leis e condições que degradam a personalidade humana abundam. Qualquer chefe digno do seu cargo deve lutar sem medo contra estas humilhantes condições e leis. Se o Governo recorre à exoneração destes chefes poderá encontrar-se a exonerar muitos chefes ou a fazer com que o povo afaste dos seus corações os chefes que são indiferentes às necessidades do povo com medo de serem demitidos pelo Governo. Decerto que o Governo não pode colocar os chefes numa posição tão difícil e ingrata.

Pessoalmente, com pleno sentido das responsabilidades e firmemente convicto, decidi continuar na luta pelo alargamento dos direitos e responsabilidades democráticas a todas as camadas da comunidade sul-africana. Adaptei a técnica não-violenta da Campanha de Resistência Passiva na luta pela liberdade porque estou convencido que é a única forma não-revolucionária, legítima e humana que pode ser utilizada por pessoas a quem foram negados, como a nós, os meios constitucionais efetivos para maiores aspirações.

A correcção ou incorrecção desta decisão coloco-a nas mãos do Senhor.

Não sei o que o futuro me reserva. Poderá ser o ridículo, a prisão, o campo de concentração, a chibata, o exílio ou mesmo a morte. Peço apenas ao Senhor que fortaleça a minha vontade, para que nenhuma destas terríveis possibilidades me impeça de lutar pelo bom nome do nosso querido país, a União da África do Sul, para a tornar numa verdadeira democracia e numa verdadeira união em forma e espírito de todas as comunidades da terra. A minha única e dolorosa preocupação é pelo bem-estar da minha família, mas mesmo em relação a isto tento, no espírito de confiança e sujeição à vontade de Deus, dizer “Deus providenciará”.

É inevitável que no trabalho pela liberdade alguns indivíduos e famílias tenham que tomar a dianteira e sofrer: O Caminho para a Liberdade é o da Cruz.

*Mayibuye!*

África! África! África!